PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
A 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

LEI MUNICIPAL Nº 1.338/2016.

SANCIONADO
15/06/16

"Dispõe Sobre as Diretrizes Orçamentarias – LDO, para o Exercício de 2017, do Município de São Francisco do Guaporé, e dá Outras Providencias".

A Prefeita Municipal de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia, Senhora Gislaine Clemente, no Uso das Suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e pela Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a Seguinte:

LEI:

Art. 1º O orçamento Municipal de São Francisco do Guaporé/ro, para o Exercício de 2017, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas na presente Lei, em cumprimento às disposições constitucionais vigentes e à Lei Complementar nº 101/00, objetivando o equilíbrio entre receitas e despesas e compreendendo:

I – A Metas Fiscais;
II – As Prioridades da Administração Municipal;
III – A Estrutura dos Orçamentos;
IV – As Diretrizes para a elaboração do orçamento do Município;
V – As Disposições sobre a Dívida publica municipal;
VI – As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - As Disposições sobre Alteração na Legislação Tributaria; e
VIII – As Disposições Gerais.

I – DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017, obedecerá entre outros, o principio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos Empresas Públicas e Outras, (arts. 1º, § 1º, 4º inciso I, "a" e 48 da LRF).

Art. 3º Os estudos para definição do orçamento da receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributaria, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico,

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 4º Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas às fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9 LRF).

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntarias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Paragrafo único – Na avaliação dos cumprimentos das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não de mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial anterior em cada fonte de recursos.

Art. 5º As despesas de caráter obrigatório continuado em relação à receita corrente liquida, programada para 2017, poderão ser expandida em até 5%, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixada na Lei Orçamentária Anual para 2017 (Art. 4º § 2º da LRF), conforme demonstrativo em anexo desta Lei.

Art. 6º - Constituem riscos fiscais capaz de afetar o equilíbrio das contas publicas do município aqueles constantes do anexo próprio desta lei (Art. 4º § 3º da LRF).

Paragrafo Primeiro – Os riscos fiscais caso concretizem serão atendidos com recursos da reserva de contingencia e também se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

Paragrafo Segundo – Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal Encaminhara Projeto de Lei, a câmara Municipal propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 7º - O orçamento para o Exercício de 2017 destinara recursos para a reserva de contingencia, até o limite de 5% das receitas correntes liquidas previstas e 20% do total do orçamento de cada entidade para abertura de créditos adicionais suplementares, (Art. 5º Inciso II, "b" da LRF).

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Art. 8º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão na Lei Orçamentaria Anual se contemplados no PPA (Art. 5º § 5º da LRF).

Art. 9º O chefe do Poder Executivo Municipal obedecera até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as unidades gestoras se for o caso, (Art. 8 da LRF).

Art. 10 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentaria para 2017 com as dotações vinculadas de fonte de recursos oriundos de transferências voluntarias e operações de créditos, alienações de bens e outras extraordinária, serão executados e utilizados a qualquer titulo, se ocorres ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º e § Único e 50, inciso I da LRF).

Art. 11 – A transferência de receita estimada do tesouro municipal a entidades privadas beneficiara somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultura, esporte, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei especifica (Art. 4º, inciso I, "f" e 26 da LRF).

Paragrafo único – As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de trinta dias contados do recebimento dos recursos na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70º paragrafo único da CF/88).

Art. 13 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e a declaração do ordenador das despesas de que trata o Art. 16, itens I e II da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

Paragrafo único – Para efeito do disposto no Art. 16,§ 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que venha acarretar o aumento das despesas, cujo montante do exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda o valor limite para dispensa de licitação, fixada no item I do Art. 24 da Lei nº 8666/93, devidamente autorizada (Art. 16º §3º da LRF).

Art. 14 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridades sobre projetos novos na locação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos da transferência voluntaria e operação de credito (Art. 44 da LRF).

Art. 15 – Despesas de competência de outros entes da federação só poderão ser assumidas pela administração municipal quando firmado

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

convenio acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62º da LRF).

Art. 16 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 17 – A execução do orçamento das despesas obedecera dentro de cada projeto atividade operações especial, a dotação fixada para cada grupo de natureza/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos dos respectivos elementos de que trata a portaria nº 163/2001 - STN.

Paragrafo único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro dentro de cada projeto atividade ou operações especiais, poderá ser feita por decreto Prefeito Municipal no âmbito do poder Executivo e por decreto Legislativo do Presidente da câmara no âmbito do poder Legislativo (Art. 167º, Inciso 6º da CF/88).

Art. 18 - Durante a execução ornamentaria de 2017, o poder executivo municipal, através de decreto poderá incluir novos projetos atividades operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma do credito especial, desde que se enquadras nas prioridades para o exercício de 2017 (Art. 167º, inciso I da CF/88).

Art. 19 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo poder publico municipal, obedecera ao estabelecido no (art. 50,§ 3º da LRF).

Paragrafo único – Os custos serão apurados através de operações orçamentarias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º "e" da LRF).

Art. 20 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados no plano plurianual, que integrarem a lei orçamentaria de 2017 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, inciso I "e" da LRF).

Art. 21 – o poder executivo municipal poderá abrir credito adicional suplementar e especial nos termos do art. 43º inciso III da Lei Federal 4.320/64, mediante autorização legislativa.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 29/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Art. 22 – A lei orçamentaria de 2017 poderá conter autorização para contratação e operações de credito para atendimento da despesa de capital observando o limite de endividamento de ate 50% das receitas correntes liquidas apurados ate o final do semestre anterior da assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 23 – A contratação de operações de créditos dependerá de autorização em lei especifica (art. 50,§ 3º da LRF).

Art. 24 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdura o excesso, o poder executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31,§1º, 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25 – O executivo e o Legislativo municipal mediante lei autorizativa, poderão em 2017 criar cargos e funções, alterar estrutura de carreira, corrigi ou aumentar remuneração de servidores conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso publico ou caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169 §1º, Inciso II da CF/88).

Paragrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão esta prevista na lei de orçamento para 2017.

Art. 26 – É ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 do CF/88, a despesa total com pessoal em cada um dos poderes em 2017 o executivo e legislativo, não excedera em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesas verificada no exercício de 2016, acrescida de 10% obedecerá ao limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 27 – nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras aos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95º do limite estabelecido no (art. 20º inciso III, e art. 22 Paragrafo único Inciso V da LRF).

Art. 28 – O executivo municipal adotara as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos no (art. 19 e 20 da LRF).

I – Exoneração de servidores ocupante de cargos em comissão;

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

II – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário; e
III – Eliminação de vantagens acrescidas de servidores;
IV – Eliminação das despesas com horas extras;
V – Demissão de Servidores Estatutários.

Art. 29 – Para efeito desta lei e registro contábeis entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18,§1º da LRF), a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem em relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da administração municipal, ou ainda, atividade próprias da administração pública municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de matérias ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Paragrafo único – quando a contratação de mão de obra houver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamento de propriedade do contrato ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores a despesa será classificada em outros elementos de despesas que não (31.90.34.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contras de contratos de terceirização).

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30 - O executivo municipal quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficia contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esse benefício ser considerado no calculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos de seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que inicia sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 31 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em divida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao credito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renuncia de receita (art. 14º,§3º da LRF).

Art. 32 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou beneficio da natureza tributaria ou financeira constantes do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14,§ 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal no prazo estabelecido em Lei Orgânica do

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 083
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Município que apreciará e devolverá para a sansão até o encerramento do período legislativo anual.

Paragrafo 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste art.

Paragrafo 2º - Se o projeto de Lei Orçamentaria anual não for encaminhado a sanção até o inicio financeiro de 2017 fica o executivo municipal autorizado a executar proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 34 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos subsequente por ato do chefe do Poder Executivo, art. 43 da lei federal 4320/64.

Art. 35 – O Executivo municipal está autorizado a assinar convênios com os entes da Federação, Governos Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do município.

Art. 36 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contraditório.

São Francisco do Guaporé/RO - Gabinete da Prefeita, edifício sede do Poder Executivo, 15 de Junho de 2016.

GISLAINE CLEMENTE
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 083
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
C.N.P. J. Nº 01.254.422/0001-56
PLANO PLURE ANUAL - PPA 2013 à 2017
Memória de Cálculo para a Estimativa da Receita 2017

	Realizada				Orçamento	A Realizar			
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	30.667.173,40	31.354.322,56	39.803.204,75	40.772.256,34	42.603.694,30	43.969.647,53	46.383.581,18	48.930.039,78	51.616.298,97
Projeção de cresc. (% média dos três últimos Exercíc	*-24,39%*	*-8,66%*	*32,02%*	*8,60%*	*-1,23%*	*0,30%*	*5,49%*	*5,49%*	*5,49%*
Receita Tributária	**3.422.536,62**	**3.909.681,66**	**5.220.024,84**	**5.702.845,15**	**5.819.334,23**	**6.209.697,61**	**6.550.610,01**	**6.910.238,50**	**7.289.610,59**
Receita dos Imposots	**1.966.144,02**	**1.928.895,84**	**2.251.245,02**	**2.084.752,81**	**2.743.863,48**	**2.763.537,90**	**2.915.256,13**	**3.075.303,69**	**3.244.137,86**
IPTU	196.828,67	309.689,71	241.494,28	373.146,41	657.153,50	660.439,27	696.697,39	734.946,07	775.294,61
IRRF - RENDIMENTO DO TRABALHO	396.806,02	363.664,11	428.640,79	382.719,44	445.808,24	448.037,29	472.634,54	498.582,17	525.954,33
IRRF - SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	76.386,06	171.026,14	222.343,60	196.451,01	231.024,43	231.050,00	243.734,65	257.115,68	271.231,33
ISSQN	1.296.123,27	1.084.515,88	1.358.766,35	1.132.435,95	1.409.877,31	1.424.011,34	1.502.189,56	1.584.659,77	1.671.657,59
TAXAS	**219.408,10**	**244.916,68**	**235.556,58**	**211.059,05**	**276.427,43**	**265.040,00**	279.590,70	294.940,23	311.132,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**1.041.439,22**	**1.186.077,09**	**1.178.146,71**	**1.221.302,30**	**1.469.854,05**	**1.477.203,32**	1.558.301,78	1.643.852,55	1.734.100,06
Receita Patrimonial	**195.545,28**	**549.792,05**	**1.555.076,53**	**2.185.730,99**	**1.329.189,27**	**1.703.916,39**	**1.797.461,40**	**1.896.142,03**	**2.000.240,23**
Receita de Aplic Financeiras - EDUC - FUNDEB	16.441,98	12.886,18	36.013,78	75.016,83	40.867,84	41.691,35	43.980,21	46.394,72	48.941,79
Receita de Aplic Financeiras - SAUDE	32.101,58	88.800,29	69.491,29	76.001,30	36.250,60	36.981,07	39.011,33	41.153,05	43.412,36
Receita de Aplic Financeiras - EDUCAÇÃO	27.557,42	23.990,42	34.979,73	6.305,96	23.609,43	24.085,17	25.407,45	26.802,31	28.273,76
Receita de Aplic Financeiras - PREFEITURA	119.444,30	96.699,96	322.868,58	46.819,69	9.411,40	9.601,04	10.128,14	10.684,17	11.270,73
Receita de Aplic Financeiras - RPPS	0,00	327.415,20	941.576,01	1.446.182,56	1.219.050,00	1.243.614,47	1.311.888,90	1.383.911,61	1.459.888,35
OUTROS SERVIÇOS	**0,00**	**0,00**	**150.147,14**	**535.404,65**	**0,00**	347.943,29	367.045,38	387.196,17	408.453,24
Transferências Correntes	**31.771.170,62**	**32.238.476,89**	**38.624.313,18**	**39.583.859,75**	**42.306.353,18**	**43.067.497,78**	**45.431.903,41**	**47.926.114,91**	**50.557.258,61**
Transferencia da União	**7.682.139,87**	**8.203.473,93**	**10.275.893,88**	**10.773.102,28**	**12.364.398,29**	**12.426.160,28**	13.108.356,48	13.828.005,25	14.587.162,74
Cota Parte do FPM	7.555.059,94	8.069.307,61	10.100.388,13	10.635.754,76	12.212.472,95	12.273.535,31	12.947.352,40	13.658.162,05	14.407.995,14
Cota Parte do ITR	15.225,54	19.475,12	24.515,90	24.383,10	15.010,73	30.000,00	31.647,00	33.384,42	35.217,22
Fundo Especial do Petróleo FEP	111.854,39	114.691,20	150.989,85	112.964,42	136.914,61	122.624,97	129.357,08	136.458,78	143.950,37
Transf. De Recursos Sist Único de Saúde - SUS	**2.949.743,25**	**2.841.270,98**	**3.008.954,17**	**3.086.141,60**	**3.006.625,51**	**3.103.701,43**	3.274.094,64	3.453.842,43	3.643.458,38
Transf. De Recursos FNAS - ASSIT SOCIAL	**277.685,88**	**261.989,49**	**353.258,76**	**313.158,76**	**326.538,72**	**406.042,51**	**428.334,24**	**451.849,79**	**476.656,35**
FMAS - PBVIII	49.586,23	49.500,00	54.000,00	49.500,00	178.605,00	50.646,56	53.427,06	56.360,20	59.454,38
PROG - de Apoio a Criança e ao Adolecesntes	48.993,75	11.370,64	0,00	0,00	0,00	15.091,10	15.919,60	16.793,59	17.715,56
PETI	48.000,00	36.000,00	21.600,00	4.500,00	1.050,00	27.525,00	29.036,12	30.630,21	32.311,80
IGDBF	27.125,53	16.069,50	12.384,79	7.011,85	0,00	15.647,92	16.506,99	17.413,22	18.369,21
BOLSA FAMILIA	49.980,37	83.549,35	74.984,16	88.873,83	146.883,72	74.346,93	78.428,58	82.734,31	87.276,42
PAIF	54.000,00	65.500,00	30.000,00	36.000,00	0,00	46.375,00	48.920,99	51.606,75	54.439,96
SCFV - SERV DE CONVIVENCIA E FORTALEC	0,00	0,00	111.289,81	106.273,08	0,00	110.948,00	117.039,05	123.464,49	130.242,69
FMASLAS - MANUT DE LANCHAS A. SOCIAL	0,00	0,00	49.000,00	21.000,00	0,00	65.462,00	69.055,86	72.847,03	76.846,33
Transf. De Recursos FNDE	**702.654,04**	**684.426,35**	**780.088,62**	**750.916,78**	**679.634,68**	**772.308,13**	**814.707,85**	**859.435,31**	**906.618,31**
Salário Educação	302.092,24	297.172,02	359.272,11	350.878,54	350.627,98	352.381,12	371.726,84	392.134,65	413.662,84
PDDE	609,00	840,00	150,00	1.410,00	0,00	752,25	793,55	837,11	883,07
PNAE	183.276,00	196.480,00	192.924,00	237.210,00	167.532,75	232.472,50	245.235,24	258.698,65	272.901,21
PNAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE	206.176,80	189.934,33	189.279,65	161.418,24	161.473,95	186.702,26	196.952,21	207.764,89	219.171,18
PNAEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CV Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRASNF DO FNDE	10.500,00	0,00	38.462,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
Até 25/06/16

Deson/ICMS LC 87/96	**21.654,48**	**19.685,63**	**18.568,92**	**21.244,81**	**17.060,20**	**20.288,46**	21.402,30	22.577,28	25.816,38
Outras Transferencias - União	**63.978,80**	**166.208,66**	**267.087,24**	**83.130,88**	**0,00**	**101.156,00**	**106.709,46**	**112.567,81**	**118.747,79**
FEX APORTE FINANCEIRO	63.978,80	166.208,66	267.087,24	83.130,88	0,00	101.156,00	106.709,46	112.567,81	118.747,79
Transferências dos Estados	**12.295.205,27**	**11.682.476,88**	**12.397.400,76**	**15.053.170,86**	**14.166.589,96**	**16.165.421,85**	**17.052.903,51**	**17.989.107,91**	**18.976.709,94**
Cota Parte do ICMS	11.901.353,02	11.294.516,04	11.819.744,70	14.161.696,77	13.519.539,31	15.089.001,00	15.917.387,15	16.791.251,71	17.713.091,43
Cota Parte do IPVA	343.159,89	358.548,71	533.245,70	790.492,45	602.176,30	1.000.000,00	1.054.900,00	1.112.814,01	1.173.907,50
CIDE	50.692,36	2.592,92	5.252,31	21.533,82	8.272,69	20.017,85	21.116,83	22.276,14	23.499,10
IPI - Exportação	0,00	26.819,21	39.158,05	79.447,82	36.601,66	56.403,00	59.499,52	62.766,05	66.211,90
Transferências Multigovernamentais	**6.505.754,18**	**6.848.199,77**	**7.672.434,30**	**8.522.041,74**	**8.022.138,17**	**8.372.419,12**	**8.832.064,93**	**9.316.945,29**	**9.828.445,59**
Transf. Rec. F. Manut. Des. Ens. - FUNDEB	3.903.090,21	6.848.199,77	4.306.847,08	5.029.715,43	5.189.240,21	5.021.963,12	5.297.668,90	5.588.510,92	5.895.320,17
Transf. Rec. F. Manut. Des. Ens. - FUNDEB PER./	2.602.663,97	0,00	3.365.587,22	3.492.326,31	2.832.897,96	3.350.456,00	3.534.396,03	3.728.434,38	3.933.125,42
Transferências de Convênios da União	**0,00**	**549.752,54**	**509.519,45**	**0,00**	**803.836,78**	**0,00**	0,00	0,00	0,00
Convênio da União - SUS	0,00	108.002,29	509.519,45	0,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio da União - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio da União - PREFEITURA	0,00	441.750,25	0,00	0,00	765.836,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios do Estado	**1.272.354,85**	**980.992,66**	**3.341.107,08**	**980.952,04**	**2.919.530,87**	**1.700.000,00**	**1.793.330,00**	**1.891.783,82**	**1.995.642,75**
Convênio da União - SUS	34.951,23	80.992,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio da União - Educação	887.403,62	0,00	999.107,08	980.952,04	368.550,00	1.100.000,00	1.160.390,00	1.224.095,41	1.291.298,25
Convênio da União - PREFEITURA	350.000,00	900.000,00	2.342.000,00	0,00	2.550.980,87	600.000,00	632.940,00	667.688,41	704.344,50
Outras Receitas Correntes	**637.403,69**	**449.155,09**	**1.679.417,10**	**1.947.628,23**	**1.413.528,58**	**2.128.541,01**	**2.245.397,91**	**2.368.670,26**	**2.498.710,25**
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	947,79	539,90	1.144.266,39	1.414.985,06	952.896,48	1.500.000,00	1.582.350,00	1.669.221,02	1.760.861,25
Multa e Juros de Mora	11.408,12	21.073,28	16.067,02	13.613,39	14.999,31	15.540,45	16.393,62	17.293,63	18.243,05
Multa e Juros de Mora da Divida Ativa	66.954,30	64.805,00	48.491,14	79.071,42	56.467,65	100.000,00	105.490,00	111.281,40	117.390,75
Receita da Divida Ativa	234.317,78	258.743,64	231.741,87	425.431,88	384.343,14	500.000,00	527.450,00	556.407,01	586.953,75
Receita da Divida Ativa - Não Tributária TCE	3.461,06	0,00	31.784,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Correntes Diversas	320.314,64	103.993,27	207.066,19	14.526,48	4.822,00	13.000,56	13.714,29	14.467,21	15.261,45
RECEITA DE CAPITAL	**6.999.718,67**	**1.851.271,04**	**4.873.278,23**	**7.786.355,21**	**4.887.184,45**	**3.657.666,52**	**3.858.472,42**	**4.070.302,55**	**4.293.762,16**
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	**0,00**	**216.767,89**	**81.275,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	0,00	0,00
Receira Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tranferências de Capital da União	**4.259.105,86**	**1.039.572,94**	**2.156.073,02**	**6.620.425,00**	**2.423.654,79**	**2.435.773,06**	**2.569.497,01**	**2.710.562,39**	**2.859.372,27**
Transferências de Convênios - Saúde	1.251.500,64	900.090,16	407.999,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Educação	101.999,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Prefeitura	2.905.605,27	139.482,78	1.748.073,22	6.620.425,00	2.423.654,79	2.435.773,06	2.569.497,01	2.710.562,39	2.859.372,27
Tranferências de Capital do Estado	**2.740.612,81**	**594.930,21**	**2.635.930,21**	**1.165.930,21**	**2.463.529,66**	**1.221.893,46**	**1.288.975,41**	**1.359.740,16**	**1.434.389,90**
Transferências de Convênios - Saúde	30.103,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Educação	849.353,42	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Prefeitura	1.861.155,79	594.930,21	2.635.930,21	1.165.930,21	1.363.529,66	1.221.893,46	1.288.975,41	1.359.740,16	1.434.389,90
Outras Receitas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Intra orçamentária	**791.936,23**	**1.642.059,12**	**1.803.948,31**	**2.020.498,98**	**2.132.356,11**	**2.153.732,98**	**2.271.972,92**	**2.396.704,23**	**2.528.283,30**
Contrib Patronal Serv. Ativo - Intra Orçamentário	791.936,23	1.642.059,12	1.803.948,31	2.020.498,98	2.132.356,11	2.153.732,98	2.271.972,92	2.396.704,23	2.528.283,30
TOTAL da Dedução para Formação do FUNDEB	3.903.090,21	3.811.997,31	4.306.847,08	5.029.715,44	5.189.240,21	5.693.845,55	6.006.437,67	6.336.191,10	6.684.047,99
Dedução para Formação do FUNDEB - FPM	1.446.812,05	1.545.281,32	1.934.307,18	2.014.948,52	2.358.482,90	2.454.707,06	2.589.470,48	2.731.632,41	2.881.599,03
Dedução para Formação do FUNDEB - ITR	3.044,96	3.875,92	4.877,43	4.876,47	3.002,15	6.000,00	6.329,40	6.676,88	7.043,44
Dedução para Formação do FUNDEB - LC87/96	4.330,80	3.937,09	3.713,76	4.248,96	3.412,04	4.057,69	4.280,46	4.515,46	4.763,36
Dedução para Formação do FUNDEB - ICMS	2.380.270,40	2.258.902,98	2.363.948,71	2.832.339,15	2.703.907,86	3.017.800,20	3.183.477,43	3.358.250,34	3.542.618,29
Dedução para Formação do FUNDEB - IPVA	68.632,00	-	-	157.412,78	120.435,26	200.000,00	210.980,00	222.562,80	234.781,50
Dedução para Formação do FUNDEB - IPI/EXPORT	-	-	-	15.889,56	0,00	11.280,60	11.899,90	12.553,21	13.242,38
TOTAL GERAL DA RECEITA	**39.719.675,62**	**36.278.646,49**	**47.894.134,58**	**52.011.471,88**	**51.369.516,34**	**51.523.290,35**	**54.351.918,99**	**57.335.839,34**	**60.483.576,92**
"	**-3.441.029,13**	**11.615.488,09**	**4.117.337,30**	**-641.955,54**	**153.774,01**	**2.828.628,64**	**2.983.920,35**	**3.147.737,58**	**-60.483.576,92**

Memória de Cálculo:	-24,39%	-8,66%	32,02%	8,60%	-1,23%	0,30%	5,49%	5,49%	5,49%
Cálculo Exercicio de 2014: 1+(5,5 / 100) = 1,055						51.523.290,35	54.351.918,99	57335839,35	
Cálculo Exercicio de 2015: 1+(5,5 / 100) x 1+(5,5/100)= 1,055 x 1,055= 1,1130						(0,000)	-0,00	-0,00	
Cálculo Exercicio de 2016: 1+(5,5 / 100) x 1+(5.5/100) x 1+(5,5/100) = 1,055x 1,055x 1,1130 = 1,1742									
Cálculo Exercicio de 2017: 1+(5,5 / 100) x 1+(5,5/100) x 1+(5,5/100) x 1+(5,5/100) = 1,055x 1,055 x 1,055x 1,1742= 1,2388									

Cálculos efetuados de acordo com Manual de Orientação do TCE/RO VI Encontro Municipal de Atualização Administrativa: Equilibrio das Contas Públicas

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 065
De 17/06/16
À 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
C.N.P. J. Nº 01.254.422/0001-56
PLANO PLURE ANUAL - PPA 2013 à 2017

Analise da Aplic. das Rec. E Desp. Com Rel ao Ensino

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	TOTAL
	RECEITAS	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
1	**Impostos Próprios**	**3.379.078,35**	**3.564.927,66**	**3.760.998,68**	**3.967.853,61**	**14.672.858,30**
	IMP.SOBRE A PROP. PREDIAL E TER.	660.439,27	696.763,43	735.085,42	775.515,12	2.867.803,23
	IMP. S/TRANSM INTER. VIVOS E BENS I	231.050,00	243.757,75	257.164,43	271.308,47	1.003.280,65
	IMP. SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER	1.424.011,34	1.502.331,96	1.584.960,22	1.672.133,03	6.183.436,56
	IRRF	448.037,29	472.679,34	498.676,70	526.103,92	1.945.497,26
	Divida Ativa Tributária	500.000,00	527.500,00	556.512,50	587.120,69	2.171.133,19
	Multas e Juros de Impostos	115.540,45	121.895,17	128.599,41	135.672,38	501.707,41
2	**Transferência Estaduais**	**16.145.404,00**	**17.033.401,22**	**17.970.238,29**	**18.958.601,39**	**70.107.644,90**
	IPVA	1.000.000,00	1.055.000,00	1.113.025,00	1.174.241,38	4.342.266,38
	ICMS	15.089.001,00	15.918.896,06	16.794.435,34	17.718.129,28	65.520.461,67
	IPI/EXPORTAÇÃO	56.403,00	59.505,17	62.777,95	66.230,74	244.916,85
3	**transferência Federais**	**12.323.823,77**	**13.001.634,08**	**13.716.723,95**	**14.471.143,77**	**53.513.325,57**
	FPM	12.273.535,31	12.948.579,75	13.660.751,64	14.412.092,98	53.294.959,68
	ITR	30.000,00	31.650,00	33.390,75	35.227,24	130.267,99
	COTA S/OURO	-	-	-	-	-
	ICMS/DESON	20.288,46	21.404,33	22.581,56	23.823,55	88.097,90
4	**TOTAL GERAL DE IMPOSTOS (ITEM 1+2**	**31.848.306,12**	**33.599.962,96**	**35.447.960,92**	**37.397.598,77**	**138.293.828,77**
5	Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212	**7.962.076,53**	**8.399.990,74**	**8.861.990,23**	**9.349.399,69**	**34.573.457,19**
6	Valor do FPM, ITR, LC87/96, ICMS, IPVA	**28.469.227,77**	**30.035.035,30**	**31.686.962,24**	**33.429.745,16**	**123.620.970,47**
01.11.42	Valor do FUNDEB 20,00%	**5.693.845,55**	**6.007.007,06**	**6.337.392,45**	**6.685.949,03**	**24.724.194,09**
01.11.42	Valor do Complemento do FUNDEB, IPI/EPX	**3.350.456,00**	**3.534.731,08**	**3.729.141,29**	**3.934.244,06**	**14.548.572,43**
01.11.42	Valor da Aplicação Financeiras	**41.691,35**	**43.984,37**	**46.394,72**	**48.941,79**	**181.012,23**
10	TOTAL DO FUNDEB	**9.085.992,90**	**9.585.722,51**	**10.112.928,46**	**10.669.134,88**	**39.453.778,75**
01.01.46	Valor do Repasse Educação - IMPOSTOS 25 %	1.486.794,47	962.530,47	1.015.469,64	1.071.320,47	3.961.671,74
01.01.46	Valor do FPM, ITR, LC87/96, ICMS, IPVA - 5%	4.555.076,44	2.102.452,47	2.218.087,36	2.340.082,16	8.653.467,93
14	SOMA DO REPASSE PARA À EDUCAÇÃO	**6.041.870,92**	**3.064.982,94**	**3.233.557,00**	**3.411.402,64**	**12.615.139,67**
01.08.31	SALÁRIO EDUCAÇÃO	352.381,12	371.762,08	392.209,00	413.780,49	436.538,42
01.08.32	PDDE	752,25	793,62	837,27	883,32	931,91
01.08.33	PNAE	232.472,50	245.258,49	258.747,70	272.978,83	287.992,66
01.08.34	PNATE	186.702,26	196.970,88	207.804,28	219.233,52	231.291,36
02.12.36	OUTROS REPASSE	-	-	-	-	-
02.12.36	TRANSF DE CONVENIOS DA UNIÃO	1.100.000,00	1.160.500,00	1.224.327,50	1.291.665,51	1.362.707,12
15	TOTAL DOS PROGRAMS DE APOIO A	**1.872.308,13**	**1.975.285,08**	**2.083.925,76**	**2.198.541,67**	**2.319.461,47**
16	TOTAL do Repasse Educação/FUNDEB	**17.000.171,95**	**14.625.990,53**	**15.430.411,21**	**16.279.079,19**	**54.388.379,89**
1	DESPESAS CONSIDERADAS - FUNDEB			**VALOR PREVISTO**		
01.11.42	Despesas com Pessoal FUNDEB - 60%	**5.633.315,60**	**5.943.147,96**	**6.270.015,64**	**6.614.863,63**	**24.461.342,83**
01.11.43	Outras Despesas com o FUNDEB - 40%	**3.452.677,30**	**3.642.574,56**	**3.842.912,81**	**4.054.271,25**	**14.992.435,93**
17	**TOTAL**	**9.085.992,90**	**9.585.722,51**	**10.112.928,46**	**10.669.134,88**	**39.453.778,75**
2	DESPESAS CONSIDERADAS - ENSINO			**VALOR PREVISTO**		
01.01.46	Despesas com Pessoal Educação - 60%	**3.745.959,97**	**1.900.289,42**	**2.004.805,34**	**2.115.069,63**	**9.766.124,36**
01.01.46	Outras Despesas com Educação - 40%	**2.295.910,95**	**1.164.693,52**	**1.228.751,66**	**1.296.333,00**	**5.985.689,13**
18	**TOTAL**	**6.041.870,92**	**3.064.982,94**	**3.233.557,00**	**3.411.402,64**	**15.751.813,49**
02.12.36	PROGRAMA DE APOIO A EDUCAÇÃO			**VALOR PREVISTO**		
	PROGRAMA DE APOIO A EDUCAÇÃO	**1.872.308,13**	**1.975.285,08**	**2.083.925,76**	**2.198.541,67**	**8.130.060,64**
18	**TOTAL**	**1.872.308,13**	**1.975.285,08**	**2.083.925,76**	**2.198.541,67**	**8.130.060,64**
3	DESPESAS CONSIDERADAS -			**VALOR PREVISTO**		
	Despesas com Pessoal Educação - 60%	**9.379.275,57**	**7.843.437,38**	**8.274.820,98**	**8.729.933,26**	**34.227.467,19**
	Outras Despesas com Educação - 40%	**5.748.588,25**	**4.807.268,07**	**5.071.664,47**	**5.350.604,26**	**20.978.125,05**
	PROGRAMA DE APOIO A EDUCAÇÃO	**1.872.308,13**	**1.975.285,08**	**2.083.925,76**	**2.198.541,67**	**8.130.060,64**
19	**TOTAL**	**17.000.171,95**	**14.625.990,53**	**15.430.411,21**	**16.279.079,19**	**63.335.652,88**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
C.N.P. J. Nº 01.254.422/0001-56
PLANO PLURE ANUAL - PPA 2013 à 2017

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 085
De 15/06/16
À 25/04/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Analise Aplic. das Rec. E Desp. Com Rel a Saúde

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	Total
	RECEITAS	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
1	Impostos Próprios	3.379.078,35	3.564.927,66	3.760.998,68	3.967.853,61	14.672.858,30
	IMP.SOBRE A PROP. PREDIAL E TER. URBANA -	660.439,27	696.763,43	735.085,42	775.515,12	2.867.803,23
	IMP. S/TRANSM INTER. VIVOS E BENS IMÓVEIS - IT	231.050,00	243.757,75	257.164,43	271.308,47	1.003.280,65
	IMP. SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.424.011,34	1.502.331,96	1.584.960,22	1.672.133,03	6.183.436,56
	IRRF	448.037,29	472.679,34	498.676,70	526.103,92	1.945.497,26
	Divida Ativa Tributária	500.000,00	527.500,00	556.512,50	587.120,69	2.171.133,19
	Multas e Juros de Impostos	115.540,45	121.895,17	128.599,41	135.672,38	501.707,41
2	Transferência Estaduais	16.145.404,00	17.033.401,22	17.970.238,29	18.958.601,39	70.107.644,90
	IPVA	1.000.000,00	1.055.000,00	1.113.025,00	1.174.241,38	4.342.266,38
	ICMS	15.089.001,00	15.918.896,06	16.794.435,34	17.718.129,28	65.520.461,67
	IPI/EXPORTAÇÃO	56.403,00	59.505,17	62.777,95	66.230,74	244.916,85
3	transferência Federais	12.323.823,77	13.001.634,08	13.716.723,95	14.471.143,77	53.513.325,57
	FPM	12.273.535,31	12.948.579,75	13.660.751,64	14.412.092,98	53.294.959,68
	ITR	30.000,00	31.650,00	33.390,75	35.227,24	130.267,99
	COTA S/OURO	-	-	-	-	-
	ICMS/DESON	20.288,46	21.404,33	22.581,56	23.823,55	88.097,90
4	TOTAL GERAL DE IMPOSTOS (ITEM 1+2+3)	31.848.306,12	33.599.962,96	35.447.960,92	37.397.598,77	138.293.828,77
5	Valor Mínimo p/cumprimentos do artigo 212 da CF	7.006.627,35	5.879.993,52	6.203.393,16	6.544.579,78	25.634.593,81
01.02.47	Valor Rendementos de Aplicações	36.981,07	39.015,03	41.160,86	43.424,70	160.581,66
01.07.07	PAB -FIXO	465.807,96	491.427,40	518.455,90	546.970,98	2.022.662,24
01.07.12	FARMACIA BÁSICA	84.104,16	88.729,89	93.610,03	98.758,58	365.202,67
01.02.12	FARMACIA BÁSICA ESTADUAL	42.052,08	44.364,94	46.805,02	49.379,29	182.601,33
	Piso de atenção básica-PAB variável	-	-	-	-	-
01.07.09	PSF	464.340,00	489.878,70	516.822,03	545.247,24	2.016.287,97
01.07.11	PACS	593.190,00	625.815,45	660.235,30	696.548,24	2.575.788,99
01.07.10	SAÚDE BUCAL	120.420,00	127.043,10	134.030,47	141.402,15	522.895,72
01.07.14	VIGILANCIA SANITARIA	12.000,00	12.660,00	13.356,30	14.090,90	52.107,20
01.07.16	REDE BRASIL SEM MISERIA	90.000,00	94.950,00	100.172,25	105.681,72	390.803,97
01.07.16	MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE '	612.683,88	646.381,49	681.932,48	719.438,76	2.660.436,61
01.07.50	VIGILANCIA EM SAÚDE	285.153,12	300.836,54	317.382,55	334.838,59	1.238.210,80
01.07.50	PROG.DE VIG.EPIDEM E CONT.DE DOENÇAS-FUNASA	25.350,23	26.744,49	28.215,44	29.767,29	110.077,45
01.07.53	PMAQ-FEDERAL	283.200,00	298.776,00	315.208,68	332.545,16	1.229.729,84
01.07.53	PROGRAMA QUALIFAR SUS	11.200,00	11.816,00	12.465,88	13.151,50	48.633,38
01.07.09	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	5.200,00	5.486,00	5.787,73	6.106,06	22.579,79
01.07.07	PROGRAMA SISVAN	9.000,00	9.495,00	10.017,23	10.568,17	39.080,40
	CONVENIOS A RECEBER	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
6	Valor Total	3.103.701,43	3.274.405,01	3.454.497,28	3.644.494,63	13.477.098,36
6	Valor Total	10.147.309,85	9.193.413,55	9.699.051,30	10.232.499,12	39.272.273,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
C.N.P. J. Nº 01.254.422/0001-56
PLANO PLURE ANUAL - PPA 2013 à 2017
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIA E PREVISTAS

CONFORME EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 058/09 Art.2º alínea I

ORDEM	RECEITAS	VALOR - 2017	VALOR - 2018	VALOR - 2019	VALOR - 2020	TOTAL
001	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	3.028.577,90	3.195.149,68	3.370.882,92	3.556.281,48	13.150.891,98
002	F. P. M	12.273.535,31	12.948.579,75	13.660.751,64	14.412.092,98	53.294.959,68
003	I. T. R	30.000,00	31.650,00	33.390,75	35.227,24	130.267,99
004	LC 86/97 - ICMS/DESON	20.288,46	21.404,33	22.581,56	23.823,55	88.097,90
005	I. C. M. S.	15.089.001,00	15.918.896,06	16.794.435,34	17.718.129,28	65.520.461,67
006	I. P. V. A	1.000.000,00	1.055.000,00	1.113.025,00	1.174.241,38	4.342.266,38
007	C.I.D.E	20.017,85	21.118,83	22.280,37	23.505,79	86.922,84
008	JUROS E MULTAS	15.540,45	16.395,17	17.296,91	18.248,24	67.480,77
009	JUROS E MULTAS - DIVIDA ATIVA	100.000,00	105.500,00	111.302,50	117.424,14	434.226,64
010	DIVIDA ATIVA	500.000,00	527.500,00	556.512,50	587.120,69	2.171.133,19
	TOTAL	**32.076.960,97**	**33.841.193,82**	**35.702.459,48**	**37.666.094,76**	**139.286.709,03**

CONFORME EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 058/09 Art.2º alínea I

ÍNCIDES DE 7%	REPASSE P/EXEC 2017	REPASSE P/EXEC 2018	REPASSE P/EXEC 2019	REPASSE P/EXEC 2020	TOTAL REPASSE
FATOR MULTIPLICADOR	2.245.387,27	2.368.883,57	2.499.172,16	2.636.626,63	9.750.069,63
	187.115,61	197.406,96	208.264,35	219.718,89	

PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 035
De 15/06/16
A 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
C.N.P. J. Nº 01.254.422/0001-56
PLANO PLURE ANUAL - PPA 2013 à 2017

Analise de Impacto em Folha de Pessoal

PESSOAL FOLHA - MARÇO DE 2016						
Setor	**Bruto**	**Encargos**	**Total**	**Total Geral**	**Ajuste**	**Total Geral**
PREFEITURA DEMAIS SECRETARIAS - Efetivo/Comissionado	434.362,25	48.997,64	483.359,89	6.443.187,33		6.443.187,33
			-	-		-
	434.362,25	**48.997,64**	**483.359,89**	**6.443.187,33**		**6.443.187,33**
Ação Social Efetivo/Comissionado	45.164,60	7.396,25	52.560,85	700.636,13		700.636,13
						-
Total	**45.164,60**	**7.396,25**	**52.560,85**	**700.636,13**		**700.636,13**
						-
Educação 60%			-	-		-
	-	-	-	-		-
Educ FUNDEB 60%	438.133,83	58.938,38	497.072,21	6.625.972,56		6.625.972,56
			-	-		-
Total	**438.133,83**	**58.938,38**	**497.072,21**	**6.625.972,56**		**6.625.972,56**
						-
Saúde Efetivo/Comissionado/Celetista	345.032,62	71.620,39	416.653,01	5.553.984,62		**5.553.984,62**
Total	**345.032,62**	**71.620,39**	**416.653,01**	**5.553.984,62**		**5.553.984,62**
			-	-		
Total	**1.262.693,30**	**186.952,66**	**1.449.645,96**	**19.323.780,65**	-	**19.323.780,65**

Receita Cor. Liquida	11.715.437,65
Indice Folha	40,83%

54%	Atende ao Exercício
13%	Abaixo do Limite Prudencial

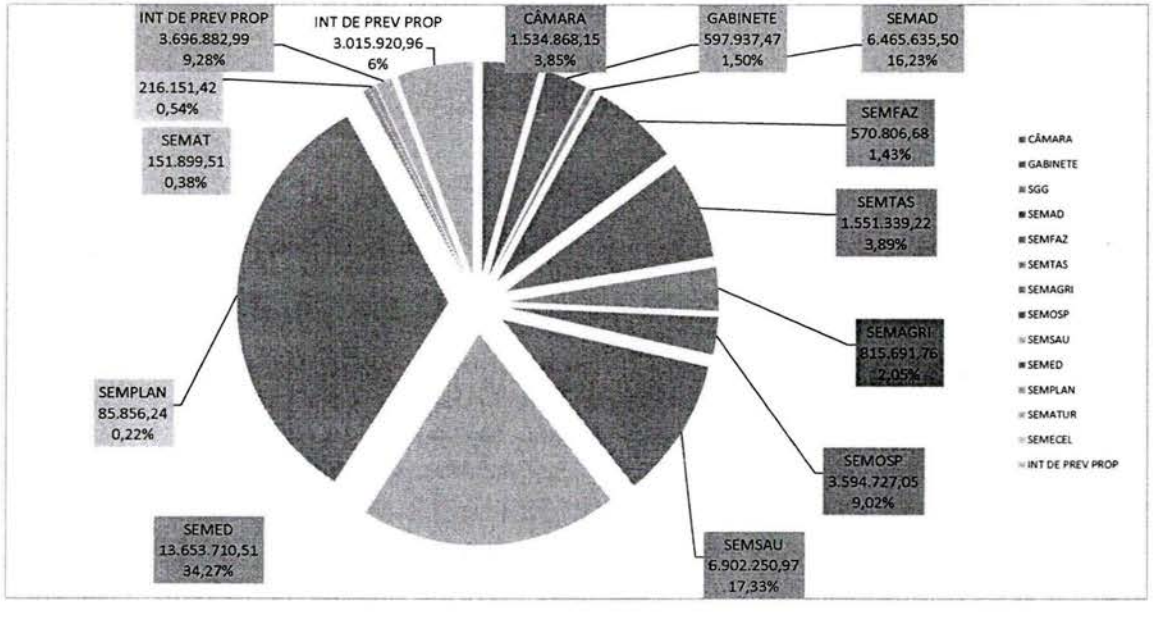
Margem de erro: aproximadamente sobre o valor na ordem de 5,5%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO

ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017

PLANILHA DAS DESPESAS POR ÓRGÃO DE GOVERNO

SECRETARIAS	GERAL		PESSOAL		OUTRAS DESPESAS		2017	2018	2019	2020	TOTAL
	R$		R$	%	R$	%	PROJEÇÃO DA DESPESA - PPA 2014/2017				
01 CÂMARA	**2.245.387,27**	**4,36%**	1.525.000,00	67,92%	720.387,27	32,08%	2.245.387,27	2.368.659,03	2.498.698,41	2.635.876,95	9.748.621,66
02 GABINETE	**1.664.621,00**	**3,23%**	783.596,16	47,07%	881.024,84	52,93%	1.664.621,00	1.756.008,69	1.852.413,57	1.954.111,08	7.227.154,34
04 SGG	**243.526,97**	**0,47%**	207.166,20	85,07%	36.360,77	14,93%	243.526,97	256.896,60	271.000,22	285.878,14	1.057.301,93
03 SEMAD	**3.471.000,00**	**6,74%**	1.095.710,43	31,57%	2.375.289,57	68,43%	3.471.000,00	3.661.557,90	3.862.577,43	4.074.632,93	15.069.768,26
05 SEMFAZ	**3.884.963,46**	**7,54%**	515.856,81	13,28%	3.369.106,65	86,72%	3.884.963,46	4.098.247,95	4.323.241,77	4.560.587,74	16.867.040,92
06 SEMTAS	**1.731.319,47**	**3,36%**	781.724,73	45,15%	949.594,74	54,85%	1.731.319,47	1.826.368,91	1.926.636,56	2.032.408,91	7.516.733,85
07 SEMAGRI	**1.476.934,49**	**2,87%**	450.671,74	30,51%	1.026.262,75	69,49%	1.476.934,49	1.558.018,19	1.643.553,39	1.733.784,47	6.412.290,55
08 SEMOSP	**5.534.762,79**	**10,74%**	1.223.701,82	22,11%	4.311.060,97	77,89%	5.534.762,79	5.838.621,27	6.159.161,57	6.497.299,55	24.029.845,18
09 SEMSAU	**10.147.309,85**	**19,69%**	5.998.500,00	59,11%	4.148.809,85	40,89%	10.147.309,85	10.704.397,16	11.292.068,56	11.912.003,12	44.055.778,69
10 SEMED	**17.000.171,95**	**33,00%**	9.792.368,68	57,60%	7.207.803,27	42,40%	17.000.171,95	17.933.481,39	18.918.029,52	19.956.629,34	73.808.312,20
11 SEMPLAN	**238.660,92**	**0,46%**	187.988,26	78,77%	50.672,66	21,23%	238.660,92	251.763,40	265.585,22	280.165,84	1.036.175,38
12 SEMATUR	**240.216,54**	**0,47%**	111.387,46	46,37%	128.829,08	53,63%	240.216,54	253.404,43	267.316,33	281.992,00	1.042.929,30
13 SEMECEL	**628.494,68**	**1,22%**	167.614,06	26,67%	460.880,62	73,33%	628.494,68	662.999,04	699.397,69	737.794,62	2.728.686,02
14 INT DE PREV PROP	**3.015.920,96**	**5,85%**	940.409,00	31,18%	2.075.511,96	68,82%	3.015.920,96	3.181.495,02	3.356.159,10	3.540.412,23	13.093.987,31
TOTAL	**51.523.290,35**	**100,00%**	**23.781.695,34**	**46,16%**	**27.741.595,01**	**53,84%**	**51.523.290,35**	**54.351.918,99**	**57.335.839,34**	**60.483.576,92**	**223.694.625,59**
51.369.516,34											
	51.523.290,35	**100,00%**					51.523.290,35	54.351.918,99	57.335.839,34	60.483.576,92	
153.774,01	0,00	**0,00%**									
0,30							0,00	0,00	0,00	0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL
Publicado no mural conforme Lei nº 008
De 15/06/16
A 25/06/16
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ